

Simulado Preparatório – Prova Mérito 2018 | Parte 2 – Gabarito Comentado

Publicações Institucionais e Legislação conforme Resolução SE 49, de 3/8/2018

1 – D
O caput do artigo 5º da C.F. afirma que: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
2 – E
A lei por si só não muda a realidade dos sujeitos, mas pode indicar caminhos que orientem o cidadão e a sociedade. A educação é direito de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país. É dever do Estado e da família.
3 – A
Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
4 – D
O artigo 211 da Constituição Federal determina que a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios organizem seus sistemas de ensino em regime de colaboração.
5 – C
Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas em lei. Assim estabelece o artigo 213 da Constituição Federal.
6 – A
A LDB 9.394/96, disciplina a educação escolar, ou seja, aquela que se desenvolve dentro da escola. Porém, o parágrafo segundo do artigo 1º determina que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Isso significa que a educação escolar deverá associar-se à vida. Deverá vincular-se ao mundo do trabalho, perceber e compreender as relações que lá se estabelecem. Deve estar associada às ações que se desenvolvem na prática social.
7 – C
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo segundo, estabelece como finalidade da educação brasileira o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Isso não significa que a educação está voltada para formação da mão de obra qualificada. O exercício da cidadania exige conhecimentos de direitos e deveres, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, exige o respeito às diferenças, à conservação e à produção cultural.. A qualificação para o trabalho exige conhecimento da língua portuguesa, os meios de produção, as relações que se estabelecem no mercado de trabalho e outros conhecimentos científicos.
8 – E
Na prática educativa os docentes têm incumbências que estão estritamente sob sua responsabilidade, sem a possibilidade, mesmo que dentro da escola, de serem transferidas a outros, que não sejam também docentes. Tais incumbências fazem parte da ação educativa.
9 – A
O ensino religioso é parte integrante da formação básica do cidadão. Constitui-se disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, e não do horário de aula do aluno. Assim determina o artigo 33 da LDB 9.394/96.

10 – D

A educação especial é uma modalidade da educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Sua oferta tem início na educação infantil e se estende ao longo da vida. Assim determina o artigo 58 e o seu § 3º.

11 – E

O artigo 18A do Estatuto da Criança e do Adolescente deixa explícito o direito da criança e do adolescente de serem cuidados e educados de uma forma não violenta. Deixa claro que a ninguém, sob nenhum pretexto é autorizada a violação dos direitos infanto-juvenis.

12 – A

O artigo 17 do ECA afirma que o direito ao respeito também abrange a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. São direitos que dizem respeito à dignidade humana.

13 – D

A ninguém é dado o direito de provocar sofrimento físico ou lesão nas crianças e adolescentes, mesmo que sejam pais, com a intenção de punir ou educar.

14 – A

Humilhar, ameaçar gravemente, ridicularizar é uma violação aos direitos da criança e do adolescente. Ninguém educa através da violência, do desamor e dos maus tratos. É importante lembrar que a violação de direitos sugere penalidades.

15 – B

A suspeita de que a criança ou adolescente foi vítima de maus tratos, já torna obrigatória a comunicação aos órgãos competentes, sob pena da prática da infração administrativa prevista no artigo 245, do ECA.

16 – E

Todas as afirmações estão corretas com exceção a do item IV – “inclusão dos alunos público alvo da Educação Especial nas classes de escolarização substitutiva com métodos e técnicas adaptadas” – pois como o próprio enunciado da questão explicita, os objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva são acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/ superdotação nas escolas regulares. Sendo assim não podemos vincular atendimentos segregados e substitutivos com os objetivos Política Nacional de Educação Especial.

17 – D

A alternativa (D) revela a definição de pessoa com deficiência utilizada nos documentos nacionais e, não tem como foco a deficiência que a pessoa tem e sim as barreiras que ela enfrenta para realizar algo que deseja, quando as barreiras que encontra não permitem a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, ou seja, sua participação na sociedade. Essas barreiras podem ser de natureza urbanística, arquitetônica, de transportes, de comunicação, tecnológicas e atitudinais. Exemplo: quando o aluno cadeirante não consegue acessar uma sala de aula no andar superior da escola, onde está o problema? Na deficiência física do aluno ou no prédio escolar que não tem rampa ou elevador?

18 – C

A legislação nacional assegura que o atendimento oferecido pela Educação Especial, perpassará todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, ou seja, independentemente de onde o aluno estiver matriculado (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio ou superior) o aluno poderá se beneficiar dos serviços e

recursos disponibilizados pela educação especial.
19 – C
A Educação Especial é uma proposta de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. É considerada uma modalidade de educação escolar, ao lado da Educação de Jovens e Adultos – EJA, Educação Profissional e Tecnológica, Educação a Distância – EAD, Educação Escolar Indígena, Educação Básica do Campo e Educação Escolar Quilombola. O documento nacional define que sua atuação é transversal, atendendo os alunos desde a educação infantil até o ensino superior. Oferece ao seu público alvo o atendimento educacional especializado – AEE (no caso da SEE-SP: Sala de Recursos, Atendimento Itinerante), disponibilizando serviços e recursos próprios desse atendimento, de acordo com a necessidade e potencialidades de cada aluno, buscando equidade, igualdade de oportunidades, participação e aprendizagem.
20 – A
O atendimento educacional especializado - AEE é um serviço da educação especial que identifica por meio de avaliação inicial e durante o processo as condições dos alunos, as dificuldades, potencialidades e possibilidades, a partir destas avaliações elabora plano de atendimento individual e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação dos alunos, visando a sua autonomia na escola e na sociedade, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino.
21 – B
A afirmação II está incorreta, pois exclui do texto a deficiência sensorial, que engloba a deficiência auditiva, deficiência visual e surdocegueira. O texto correto é: Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.
22 – D
De acordo com o texto, o candidato Rodrigo foi o único que não participou da entrevista com o gestor, nos indicando que a exclusão foi motivada pela presença de uma deficiência. Rodrigo poderia ter sido eliminado nesta fase da seleção, por não ser o mais indicado para o cargo, por terem seus concorrentes currículo e preparo pessoal superiores ao dele, dessa feita a eliminação do processo não teria sido considerada como tendo base a deficiência, no entanto. Rodrigo não teve a chance de se apresentar ao gestor e ter seu currículo analisado por ele, não teve a chance de concorrer ao cargo da mesma forma que os demais candidatos. Diante do ocorrido podemos entender que houve discriminação com base na deficiência.
23 – D
Existe a necessidade de divulgar e produzir conhecimentos sobre a pluralidade étnico-racial do país para acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira e, ter o compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e que seja garantido a todos os alunos o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos.
24 – E
O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o

reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana serão desenvolvidos por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores por todos os educadores da escola, no entanto, devem ser trabalhados de forma sistemática nos componentes curriculares Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

25 – E

Todas as afirmações estão corretas, pois a Resolução CNE/CP nº 01/2004 situa-se no campo das políticas de reparações, de reconhecimento e valorização dos povos africanos e afro-brasileiros, possibilitando a essa população o ingresso, a permanência e o sucesso na educação escolar. Envolve, portanto, ações afirmativas no sentido de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, do combate à discriminação e preconceito, de aquisições de competências e conhecimentos indispensáveis para a atuação participativa na sociedade, história e cultura dos afro-brasileiros.

26 – B

O currículo direciona o foco para as experiências escolares e isso significa que as orientações e as propostas curriculares que provêm das diversas instâncias só terão concretude por meio das ações educativas que envolvem os alunos, vinculando-as com os conhecimentos historicamente acumulados que devem ser aprendidos na escola e, ao mesmo tempo são elementos para a formação ética, estética e política do aluno.

27 – A

A alternativa correta (A), detalha o previsto no inciso I do artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB:

Educação Infantil	Creche: para crianças até 3 anos e 11 meses. Pré-escola, com duração de 2 anos.
Ensino Fundamental	Com duração de 9 anos e organizado em 2 fases: 5 anos iniciais e 4 anos finais.
Ensino Médio	Com duração mínima de 3 anos.

28 – B

O empenho para o ingresso e a permanência de alunos oriundos de grupos da população em desvantagem na sociedade, o comprometimento com a igualdade de oportunidades e acesso ao conhecimento, o empenho para dirimir as desigualdades, historicamente produzidas e as ações programadas visando ao sucesso na aprendizagem, têm como resultado a diminuição da evasão, da retenção e das distorções de idade/ano/série e sucesso na aprendizagem. Esse quadro não pode ser considerado uma conquista de uma ou outra área educacional, mas sim de todos os envolvidos. Qualidade Social da Educação é alcançada com o trabalho focado no aluno e qualificado de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem. É uma conquista coletiva.

29 – C

Em cada aluno há um indivíduo em formação. Cuidar e educar, função indissociável da escola, são princípios e ações que dão sentido ao processo de ensino, de aprendizagem e de constituição do indivíduo. O cuidar e educar inicia-se na educação infantil e se estendem até o ensino superior. Educar exige cuidado e cuidar é educar.

30 – A

O referido documento, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece princípios e diretrizes além de oferecer orientações para que todos os sistemas de ensino as incorporem em seus Planos Educacionais e, consequentemente, nos Projetos Políticos Pedagógicos de suas unidades educacionais, a fim de organizar a Educação Básica como um conjunto orgânico, sequencial e articulado, que assegurará aos estudante de toda e qualquer região do país a formação comum para o pleno exercício da cidadania.

31 – A

Os direitos humanos são direitos que são garantidos à pessoa pelo simples fato de ser humana. São todos direitos e liberdades básicas, considerados fundamentais para dignidade como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade. Podem ainda ser identificados como: Direitos civis: Ex. liberdade de expressão, direito de ir e vir, direito de petição, direito de propriedade, direito de crença, etc.... Direitos políticos: Ex: votar e ser votado Direitos Sociais: direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à Previdência Social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, e, ainda direitos econômicos, direitos culturais e ambientais entre outros (direito ao trabalho, à livre associação, à participação cultural).

Esses direitos podem ser:

Individuais: Direitos inerentes a cada pessoa individualmente considerada.

Transindividuais ou coletivos em sentido amplo; Direitos que ultrapassam a esfera do indivíduo com consequências para um grupo de pessoas, uma coletividade ou sociedade.

Difusos: A satisfação do direito deve atingir a uma coletividade indeterminada, porém, ligada por uma circunstância de fato. Por exemplo, o [direito](#) a respirar um ar puro, a um [meio ambiente](#) equilibrado, qualidade de vida, entre outros que pertençam à massa de indivíduos e cujos prejuízos de uma eventual reparação de dano não podem ser individualmente calculados.

32 – E

Aos sistemas de ensino (âmbito federal, estadual, DF e municipal) e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 01/2012, por todos os envolvidos nos processos educacionais, contribuindo para a promoção de uma educação voltada para a democracia e a cidadania, que se comprometa com a superação do racismo, sexismo, homofobia e outras formas de discriminação correlatas e que promova a cultura da paz posicionando-se contra toda e qualquer forma de violência.

33 – C

A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, bem como para o exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural e deverá ser considerada na construção dos Projetos Político Pedagógicos, dos Regimentos Escolares, dos Planos de Desenvolvimento Institucionais e dos Programas Pedagógicos de Curso das Instituições de Educação Superior. A afirmação referente

ao item III – “Diferentes programas que devem contemplar as pessoas com maiores possibilidades cognitivas” – explicita discriminação aos demais grupos de pessoas e por esse motivo não se alinha aos princípios e objetivos previstos nas Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos.

34 – E

Diante da situação apresentada, o diretor, no âmbito de sua competência, aplicou a legislação em vigor.

35 – D

O Decreto em tela não dispõe sobre os documentos de identidade ou registro civil, (certidão de nascimento, RG e outros da mesma natureza) e sim de nome social. Está previsto no parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 55.588/10 que os documentos obrigatórios de identificação e de registro civil serão emitidos nos termos da legislação própria.

36 – D

O processo de aceleração/avanço de estudos não se constitui mero e usual mecanismo de abreviação do tempo de conclusão de determinado ano ou etapa de estudos. A possibilidade de matricular o aluno em ano mais avançado, compatível com seu desempenho escolar e sua maturidade sócioemocional não poderá ultrapassar, em qualquer caso ou situação, 2 (dois) anos da sua idade ou do ano do segmento de ensino em que se encontre matriculado. Este processo se aplicará a alunos cujo desempenho acadêmico destaque-se pelo grau de excelência alcançado e o parecer conclusivo sobre a avaliação psicológica aponte que o aluno possui maturidade emocional compatível com a faixa etária da idade ou do ano/ série indicado.

37 – A

A matrícula inicial do aluno no ensino fundamental sempre será efetivada no 1º ano, independentemente das avaliações psicológica e pedagógica. Após avaliações, se considerado necessário acelerar os estudos do aluno, haverá a reclassificação, em período determinado pelas normas legais.

A solicitação de aceleração de estudos deverá ser formulada pelo pai ou responsável, ou pelo próprio aluno quando maior de idade, mediante requerimento dirigido à direção da unidade escolar, que se responsabilizará pelas orientações complementares que se fizerem necessárias.

38 – B

Para os alunos com altas habilidades/superdotação matriculados na própria escola, a data limite é o final do 1º bimestre, a fim de garantir a inclusão do aluno no ano indicado, bem como o acompanhamento do conteúdo curricular trabalhado no novo agrupamento.

39 – D

Vamos supor que você não tenha a menor ideia do assunto tratado por esta questão. A resposta seria dada por exclusão:

- (A) a afirmação fala de pessoas portadoras de deficiência, termo não utilizado desde 2010, ano da publicação da Resolução nº 01/2010 da CONADE (Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência), que altera o termo portador de deficiência para pessoa com deficiência. Outro erro da alternativa é que dislexia não faz parte da Educação Especial.
- (B) observe que no texto está sendo utilizada uma palavra que não é usual em dispositivos legais dessa natureza “exigindo que as escolas façam parcerias”.

- (C) é de competência do Ensino Superior e de seus docentes os cursos de graduação e pós-graduação.
- (D) correta. Avaliação realizada por uma equipe multiprofissional, composta por psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicopedagogo é uma das atribuições do CAPE, bem como articular os encaminhamentos necessários ao atendimento às necessidades dos alunos apontadas nas avaliações.
- (E) uma Resolução estadual que dispõe sobre as atribuições do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, em diretorias de ensino, não tem vínculo com empresas privadas e essa afirmação também poderia ter sido excluída por utilizar portadores de deficiência.

40 – E

Outra questão sobre a mesma Resolução que você não estudou. Vamos por exclusão novamente.

O que precisa saber é qual profissional que atua no Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. Vamos lá!

- (A) o estado de São Paulo não utiliza a nomenclatura Sala de Recursos Multifuncional para Deficientes, somente Sala de Recursos e também não é correto falar *deficientes* e sim *pessoas com deficiência*.
- (B) não pode ser coordenador pedagógico, pois no enunciado diz que a Resolução define o professor que atuará no CAPE. Se é professor não é coordenador pedagógico. E apoio à inclusão não combina com a sigla CAPE e parece que esse nome é usado pela prefeitura de São Paulo.
- (C) essa alternativa também não combina com o a sigla CAPE e me lembra, de novo, alguma coisa da prefeitura de São Paulo.
- (D) coordenador de turmas especializadas também não pode ser porque o professor que é especializado e não a turma de alunos.
- (E) essa é a que mais sentido (*mas não muito...*). CAPE significa *Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado* que combina com Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico.

41 – D

A Especial modalidade de educação, perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar e tem início na educação infantil.

42 – C

No momento da organização de turmas, a equipe deve estar atenta para que os alunos público-alvo da educação especial sejam matriculados no ano/série compatíveis com as suas avaliações, adequando a idade cronológica/ série e devem ser distribuídos por todas as classes daquele ano/série.

Não podemos aceitar que os alunos independentemente da sua avaliação e idade fiquem todos agrupados em uma sala de aula, como também não podemos ter a crença de que esses alunos podem prejudicar o desenvolvimento acadêmico do grupo, que impossibilitarão a ação docente ou que devem ser matriculados levando-

se em consideração somente sua idade cronológica.

43 – A

Essa questão requer um cuidado especial, pois em todos os documentos federais o público alvo da educação especial é formado por pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, e altas habilidades/superdotação. Mas, de acordo com a Resolução nº 68/17, da Secretaria de Educação de São Paulo, o público-alvo é formado por alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Atenção na leitura da questão.

44 – B

O AEE, não pode ser considerado um atendimento destinado a reforço do conteúdo trabalhado na sala de aula e também não se reduz ao ensino de linguagens e códigos aplicáveis às pessoas com surdez, cegueira ou baixa visão e pessoas que precisam de comunicação alternativa. O objetivo é eliminar barreiras que possam impedir o desenvolvimento da aprendizagem e da plena participação da pessoa com deficiência em sua inserção social. Atenção à alternativa (D) que parece ser correta, mas aponta somente inserção social, não mencionando o principal que é o desenvolvimento da aprendizagem.

45 – D

O sistema de ensino do estado de São Paulo não possui classe interina, esse nome foi inventado para complicar a questão. A Resolução 68/17 explicita as formas de atendimento ao público-alvo da educação especial:

- Sala de Recursos: da própria escola ou escola próxima daquela que o aluno frequenta a classe comum, na qual o professor especializado atende turmas formadas por até 7 alunos da própria escola ou de escolas diversas da rede estadual de ensino. Esse atendimento, no contraturno, pode ser individualizado ou em grupo de alunos, com carga horária de no mínimo, 2 e, no máximo, 3 aulas diárias, não podendo ultrapassar 8 aulas semanais
- Modalidade Itinerante: nesse tipo de atendimento o professor especializado se desloca até a escola na qual o aluno estuda para atuar com turmas formadas por até 3 alunos da própria escola. Este atendimento, no contraturno, pode ser individualizado ou em grupo de alunos com carga horária de no mínimo, 2 e, no máximo, 3 aulas diárias, não podendo ultrapassar 6 aulas semanais.
- Classe Regida por Professor Especializado – CRPE e atendimento em Instituições Especializadas que atuam na área da Educação Especial: oferecido para alunos que demandem apoio muito substancial, quando foram esgotados todos os recursos da escola em decorrência de severa deficiência intelectual, severo transtorno do espectro autista, grave deficiência múltipla ou apresentarem grave comprometimento comprovados após avaliações pedagógica e multidisciplinar.

46 – E

De acordo com a Lei Federal nº 12.764/12, (Lei Berenice Piana) que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA todas os itens acima citados estão corretos com exceção do item IV pois a deficiência intelectual não faz parte da caracterização do autismo, a deficiência intelectual ou altas habilidades podem estar ou não associadas ao TEA.

47 – B

Excessiva aderência a rotinas e interesses fixos fazem parte da caracterização das pessoas com transtorno do espectro autista, que se desorganizam muito e entram em situação de sofrimento quando são expostas a vivências diferentes, o que não é o caso de pessoas com deficiência intelectual.

48 – E

O professor da Classe Regida por Professor Especializado - CRPE tem dentre suas atribuições: realizar a avaliação inicial, elaborar o PAI para cada um dos alunos, identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação, considerando suas necessidades específicas, adequar e produzir materiais didático-pedagógicos, desenvolver atividade de vida autônoma bem como elaborar o currículo funcional para os alunos. Não podemos confundir com a atuação do professor da Sala de Recursos ou modalidade Itinerante que realizará a adaptação curricular e de acesso ao currículo em parceria com os professores da classe comum.

49 – D

A alternativa (A) podemos descartar pois não consta avaliação e sabemos que para conhecer os alunos devemos avaliar. A alternativa (B) também porque a matrícula e avaliação inicial são atribuições da escola, não do CAPE. A alternativa (E) podemos também eliminar porque no caso de alunos com TEA, precisamos de um laudo médico, pois somente a avaliação pedagógica não seria suficiente para caracterização da síndrome.

A dúvida estaria entre as alternativas (C) e (D) pois ambas apontam avaliação inicial e laudo médico. No entanto devemos ter clareza de que para os alunos com TEA há necessidade de laudo médico para caracterizar essa condição, mas para os alunos com deficiência intelectual não há análise clínica dessa condição e sim psicológica, portanto, a resposta correta é a alternativa que faz essa distinção que para alunos com TEA é necessário avaliação inicial e laudo médico e para alunos com deficiência intelectual é necessário avaliação inicial e avaliação psicológica. Cuidado com a palavra *respectivamente*!

50 – A

Após a avaliação inicial, o professor da Sala de Recursos precisa fazer um plano para atender cada um de seus alunos e explorar suas potencialidades. Esse plano é individual e vai orientar as ações para que o aluno tenha condições de eliminar barreiras para sua aprendizagem e participação. Não tem o propósito de nivelar conhecimentos ou avaliar o alunos tendo como parâmetro os alunos da classe comum ou sua faixa etária.

51 – A

Adaptar o currículo significa possibilitar variações no objetivo, no conteúdo, na metodologia, nas atividades, na avaliação e na temporalidade do processo de aprendizagem dos alunos, portanto, é fundamental que a avaliação esteja em consonância com as adaptações realizadas no currículo. Não se pode avaliar o que não foi trabalhado pelo aluno. Em relação à alternativa (D) observe que fala em adaptações feitas para o conjunto de alunos sendo que as adaptações são feitas individualmente, após avaliar as condições dos alunos e suas possibilidades, potencialidades.

52 – C

O certificado de terminalidade específica só pode ser emitido para aqueles alunos que se enquadrem nas situações acima descritas, pois a referida certificação não dá o direito para que o aluno progrida em sua escolaridade nas unidades educacionais dos sistemas de ensino.

53 – A

Esta Deliberação/Indicação ainda trata do ensino fundamental com duração de 8

anos.

A alternativa D é falsa pois não é objetivo da progressão continuada impedir a reprovação mas, sim, buscar solucionar os graves problemas educacionais que nos afligem, entre eles o da repetência e a conseqüente defasagem idade/série escolar. É alegação apressada e sem fundamento de que se estará implantando a promoção automática, ou a abolição da reprovação, com conseqüente rebaixamento da qualidade do ensino. Reprovações muitas vezes reincidentes na mesma criança ou jovem, acarreta graves conseqüências para a formação da pessoa, do trabalhador e do cidadão. O conceito de reprovação deve ser substituído pelo conceito de aprendizagem progressiva e contínua.

A alternativa E também é falsa pois a legislação permite que o ciclo único de oito anos seja desmembrado, segundo as necessidades e conveniências de cada município ou escola, em ciclos, não obrigatoriamente em dois.

54 – B

A deliberação 9/97 em seu Artigo 3º determina no Inciso VI que é obrigatório ser assegurado o controle de frequência dos alunos, inclusive com articulação com a família para que possa fornecer informações sistemáticas a este respeito. Assim sendo, é falsa a afirmação V.

55 – B

O detalhe desta questão está no enunciado. Ele quer saber quais as afirmações que são FALSAS e não aquelas que são verdadeiras. Muito cuidado com este tipo de questão pois ela confunde nossa lógica de pensamento.

Assim sendo é falso que a escola deve encaminhar o aluno para a delegacia de polícia ou mesmo não permitir sua entrada na escola pelo motivo de faltas reiteradas. Isto só agravaria o problema, atentando contra a qualidade da educação tão almejada por todos. Se as afirmações II e III são falsas, as demais são verdadeiras, porém, o teste quer que você aponte a alternativa onde as afirmações são falsas (muita atenção!)

56 – A

O detalhe desta questão está no termo “Somente” das alternativas. As afirmações I e II estão corretas (como aponta a alternativa E), no entanto, a palavra “Somente” torna esta questão falsa, pois a afirmação III também está correta.

O Saresp não tem como objetivo ampliar o número de reprovações na rede estadual, muito pelo contrário, os resultados dessa avaliação devem subsidiar todo o sistema educacional para que a reprovação seja uma exceção e não uma regra.

57 – D

Note que a palavra “Apenas” muda o entendimento do que é solicitado. O Estatuto do Funcionário Público permite estas e outras licenças previstas em Lei, portanto, o funcionário tem direito às sete licenças elencadas.

Assim sendo, somente a alternativa D contempla tal direito. As demais restringem a uma licença ou outra, o que não está em acordo com a Lei.

58 – B

Esta é uma questão que pode gerar dúvidas já que o preenchimento das lacunas requer duas respostas corretas. Você deve trabalhar por eliminação.

Exemplo: se você tem certeza de que são 180 dias, imediatamente já poderá eliminar 3 alternativas (C, D e E).

Caso a sua certeza seja a quantidade de semanas (32ª), eliminará 2 alternativas (A e C)

Todo o Artigo 198, "caput" e Inciso I está com redação dada pela Lei Complementar nº 1.196, de 27/02/2013

59 – E

Novamente é preciso ressaltar que a questão solicita que você aponte a alternativa

INCORRETA e não a correta.

As questões A, B, C e D estão corretas, conforme determina a legislação.

Atente que a questão A contradiz a questão E, portanto, já é um indicativo que a resposta está entre as duas. Lembre-se que o interesse da Administração (que é público) é sempre maior que o interesse particular (individual)

Ainda segundo a Lei não será concedida licença para tratar de interesses particulares ao funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício do cargo e também só poderá ser concedida nova licença depois de decorridos 5 (cinco) anos do término da anterior.

60 – C

É muito importante atentar-se para o texto introdutório da questão, o que facilita encontrar a alternativa correta. Neste caso, logo de início, fica muito claro no texto o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder, garantindo assim a defesa de direitos.

Assim sendo, as afirmações I e II estão em acordo com o texto introdutório, enquanto as afirmações III e IV, divergem do texto inicial, contrariando a lei em vigor e os princípios de um Estado democrático, que é dar garantia aos direitos individuais e coletivos.

61 – E

Todas as afirmações estão em acordo com a Lei. Muitas vezes os funcionários acreditam que assiduidade e pontualidade são qualidades que devam receber vantagens, mas não são. A lei trata como um dever.

Lembre-se que este Estatuto data de 1968, portanto, ainda em regime autoritário. Estabelece que você deve cumprir as ordens superiores e, depois, representar o que for ilegal. Mas deve cumprir.

O funcionário não deve “enrolar” ou fazer “mal feito” o serviço que está sob sua responsabilidade. Deve também guardar sigilo das informações públicas, ou seja, muito cuidado em divulgar informações na Internet e em grupos sem a ciência expressa da chefia.

Deverá solicitar autorização expressa quando residir em outro município, inclusive por conta do trajeto e das características de acidente de trabalho (no percurso).

62 – D

Novamente o termo “Somente” exclui alternativas que têm afirmações corretas. Muito cuidado para não cair nesta “pegadinha”.

Aquele aparelho de Datashow da escola não poderá ser emprestado para uso no aniversário dos filhos de funcionários da unidade. É equipamento público sendo empregado para fins particulares, o que é expressamente proibido.

É um dever proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública; O texto está apontando como uma proibição ao funcionário público, portanto, está incorreta tal afirmação (VI).

63 – E

Ao fazer a leitura dessas 7 afirmações (dos direitos) coloque C (de certo – em acordo com a lei) ou E (de errado – em desacordo com a lei). Tal procedimento facilitará no momento em que for responder (optar por uma alternativa) e ainda fará você ganhar tempo.

Veja que é solicitado que você aponte a alternativa que está “em acordo” com a legislação em vigor. Neste caso, todas as 7 afirmações estão corretas (em acordo), portanto, a palavra “Apenas” no começo da frase elimina as 4 primeiras alternativas (A, B, C, D).

64 – D

O autor da questão solicita que você encontre a alternativa com as informações falsas e não as verdadeiras. Preste atenção nos enunciados.

Assim sendo, a afirmação II é falsa. A legislação não permite que o aluno seja

impedido de participar de quaisquer atividades escolares em razão de qualquer carência material. No parágrafo único do artigo 63 fica estabelecido que constitui falta grave tal procedimento.

A afirmação VIII também é falsa. É de fundamental importância a participação dos educadores no Conselho de Escola, considerado um espaço democrático e deliberativo para as questões de interesse coletivo.

65 – D

Como a pergunta foi feita com base na Resolução SE 81 a resposta deve ser dada com base na mesma.

Lembramos que a Resolução SE 81 é de 16/12/2011, portanto, tratava de 2 ciclos, o que foi alterado posteriormente.

A Resolução SE 3, de 16-1-2014 alterou dispositivos da Resolução SE 81, de 16-12-2011. Entre as alterações determinou que, para efeito do regime de progressão continuada, os anos iniciais e finais do ensino fundamental serão organizados em 3 (três) ciclos de aprendizagem, na conformidade do que dispõe a Resolução SE nº 74, de 8 de novembro de 2013.

66 – A

Conforme legislação, o Ensino Religioso é OBRIGATÓRIO à escola e FACULTATIVO ao aluno.

O Ensino Religioso é uma disciplina que deve ser ofertada obrigatoriamente pelas instituições de ensino. No entanto, ela é facultativa (optativo) para o aluno. Sua atual proposta foi elaborada a partir dos princípios da educação nacional que propõe a superação de toda forma de preconceito religioso, o respeito à diversidade cultural e religiosa bem como o pleno desenvolvimento da pessoa. A oferta do Ensino Religioso nos estabelecimentos de ensino é regulamentada pela Constituição Federal de 1988 que em seu artigo nº 210, estabelece a obrigatoriedade do Ensino Religioso para a escola pública:

§ 1º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

67 – D

Muitos profissionais da educação trabalham na rede municipal e estadual. Apesar das duas redes adotarem 3 ciclos de 3 anos, a nomenclatura para cada rede é diferente.

Na rede estadual utiliza-se a seguinte:

I - Ciclo de Alfabetização, do 1º ao 3º ano;

II - Ciclo Intermediário, do 4º ao 6º ano;

III - Ciclo Final, do 7º ao 9º ano.

Cada Ciclo tem objetivos específicos no que tange à aprendizagem.

68 – C

Cabe ressaltar que no parágrafo 2º fica determinado que o aluno só pode ser reprovado uma única vez em cada Ciclo (nesse caso o de Alfabetização) e que, ao término de quatro anos de estudos no Ciclo de Alfabetização, ele deverá continuar sua aprendizagem no Ciclo Intermediário.

69 – B

Conforme esta Deliberação, o corte para o primeiro ano ocorre até 30 de Junho.

Cabe ressaltar que o STF Supremo Tribunal Federal decidiu em 01/08/2018, que crianças precisam ter 6 (seis) anos completos até 31 de março para ingressar no 1º ano do ensino fundamental.

Apesar das resoluções federais definirem desde 2010 o corte etário em 31 de março, há enorme variedade de critérios pelo Brasil

A rede estadual de São Paulo segue dois critérios: na capital, a data limite para completar a idade mínima é 31 de março, no restante do Estado, 30 de junho.

70 – C

Todas as afirmações são verdadeiras.

Sendo assim é preciso verificar que as alternativas A e B informam que existem afirmações falsas, portanto, devem ser descartadas.

As alternativas D e E podem gerar dúvidas, mas o termo “Somente” no início da frase faz com que elas também sejam descartadas.

71 – C

O objetivo do programa nacional é a alfabetização na linguagem escrita e na matemática. O documento orientador do programa preocupa-se com a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental. “Há três indicadores principais que podem evidenciar o sucesso do PNAIC. O primeiro é o resultado da escola nas avaliações das redes e na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). O segundo é o professor alfabetizador ganhar autonomia no uso competente de estratégias e recursos didáticos que lhe permitam efetivamente alfabetizar, independentemente dos livros e materiais escolhidos pela rede ou instituição. O terceiro diz respeito a diretores e coordenadores pedagógicos que sejam capazes de apoiar os professores e organizar um ambiente motivador à leitura e escrita na escola, compreendendo que alfabetizar com qualidade é um compromisso de uma gestão democrática e uma atitude de respeito à equidade, à inclusão e à igualdade de oportunidades. O documento orientador do PNAIC, quando trata das diretrizes para a formação, considera: os materiais definidos pela rede, o protagonismo dos professores alfabetizadores, o respeito à diversidade, às múltiplas inteligências e à autonomia dos sistemas, a observação dos referenciais curriculares de cada rede, e quando cabível, o alinhamento à proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à seleção e utilização de materiais disponíveis na Internet que possam contribuir para aprimorar a formação.

72 – C

O objetivo básico é o de atender às demandas pedagógicas que se verificarem às classes dos anos finais do ensino fundamental e das séries do ensino médio. Caberá ao docente do Projeto Apoio à Aprendizagem – PAA, também subsidiar as atividades programadas pelo professor de disciplina do 7º, 8º ou 9º ano do ensino fundamental e/ou de série do ensino médio, em prática definida como ação de imediata intervenção na aprendizagem, a ocorrer durante as aulas regulares, com vistas a dirimir dificuldades específicas do aluno e a promover sua efetiva apropriação de conceitos, habilidades, procedimentos e atitudes.

Na composição do módulo de docente do Projeto deverá ser priorizada a atribuição de aulas a docentes habilitados/qualificados em Língua Portuguesa e Matemática.

O docente do Projeto deverá também, mediante acréscimo de aulas, em turno diverso, quando verificada a desnecessidade da intervenção com atividades de apoio escolar, atuar como docente eventual, a título de substituição nas ausências e/ou impedimentos legais de outros professores, observado o limite máximo de aulas, correspondente ao da Jornada Integral de Trabalho Docente.

73 – A

b) Segundo a Resolução SE 71/14 o módulo de docentes do Projeto é definido de acordo com o número de classes dos anos finais do ensino fundamental e das séries do ensino médio que a escola apresentar na seguinte conformidade: até 10 classes (por turno), 1 docente do Projeto (por turno), de 11 a 20 classes, 2 docentes e mais de 20 classes, três docentes.

c) A atuação do docente do Projeto nas atividades de apoio escolar, ouvido o professor das disciplinas, ocorrerá simultaneamente às atividades desenvolvidas no

horários das respectivas aulas regulares, mediante atendimento por grupo de, no mínimo 5 (cinco) alunos.

d) Cada classe poderá contar com o docente do Projeto em 2 (duas) aulas semanais para cada disciplina (Língua Portuguesa e Matemática), podendo conforme a necessidade, totalizar 4 (quatro) aulas semanais (duas e duas), atendendo ao que indicar o diagnóstico efetuado pelos docentes dessas disciplinas.

e) No Projeto Apoio à Aprendizagem, além das atribuições que lhe são inerentes, cabe ao docente do Projeto: elaborar o seu próprio plano de ação, alinhado às ações do Projeto estabelecidas pela unidade escolar.

74 – D

O documento traz os princípios para um currículo comprometido com o seu tempo, indicando que as rápidas transformações do mundo contemporâneo, trazidas principalmente pela tecnologia, faz com que a capacidade de aprender terá de ser trabalhada não apenas nos alunos mas “tanto as instituições como os docentes terão de aprender”. Após aprovação da LDB, o foco da ação educativa passa do ensino para as aprendizagens. Entender como nossos alunos aprendem está na base dessa ação educativa. “A construção coletiva da Proposta Pedagógica, por meio da reflexão e da prática compartilhadas, e o uso intencional da convivência como situação de aprendizagem fazem parte da constituição de uma escola à altura dos tempos atuais.

a) o foco do currículo não está centrado no ato de ensinar, mas na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

b) a proposta curricular em questão trata como prioridade a aquisição da competência da leitura e da escrita.

c) A autonomia para gerenciar a própria aprendizagem (aprender a aprender) e o resultado dela em intervenções solidárias (aprender a fazer e a conviver) deve ser a base da educação das crianças, dos jovens e dos adultos. Transição da cultura do ensino para a da aprendizagem.

e) A proposta curricular, numa perspectiva democrática é a da pedagogia participativa. Onde além da transmissão cultural o aluno é convidado a participar da construção e ressignificação cultural.

75 – A

I) A centralidade nas competências escritoras e leitoras perpassam a todos os anos de ensino da educação básica.

II) O termo radicalidade consta do documento em referência para reforçar a importância das competências leitoras e escritoras ao longo de todo processo educativo, inclusive chamando atenção da equipe gestora da escola na responsabilização de tratar na formação continuada dos professores o aperfeiçoamento docente em relação ao uso e a docência de tal competência.

III) Os conteúdos fazem parte inclusive das orientações curriculares e da Base Nacional Comum Curricular, entretanto, as práticas culturais e sociais, a convivência, o aprender para a vida, são norteadores do uso social dos conteúdos apreendidos para a cidadania e relações estabelecidas. Assim, as competências assumem papel norteador para o aprendizado para a vida.

IV) Nesse sentido, alfabetizar-se tecnologicamente é entender as tecnologias da história humana como elementos da cultura, como parte das práticas sociais, culturais e produtivas, que por sua vez são inseparáveis dos conhecimentos científicos, linguísticos e artísticos que as fundamentam.

V) Para as DCNs, o que a lei denomina de preparação básica para o trabalho pode ser a aprendizagem de conteúdos disciplinares constituintes de competências básicas

que sejam também pré-requisitos de formação profissional.

76 – D

A **contextualização sincrônica**, que ocorre num mesmo tempo, analisa o objeto em relação à época e à sociedade que o gerou. Quais foram as condições e as razões da sua produção? De que maneira ele foi recebido em sua época? Como se deu o acesso a ele? Quais as condições sociais, econômicas e culturais da sua produção e recepção e como um mesmo objeto foi apropriado por grupos sociais diferentes.

A **contextualização diacrônica** que ocorre através do tempo, considera o objeto cultural no eixo de tempo. De que maneira aquela obra, aquela ideia, aquela teoria, se inscreve na história da cultura, da arte e das ideias? Como ela foi apropriada por outros autores em períodos posteriores e de que maneira ela se apropriou de objetos culturais de épocas anteriores a ela própria.

A **contextualização interativa** permite relacionar o texto com o universo específico do leitor: Como esse texto é visto hoje? Que tipo de interesse ele ainda desperta e quais características desse objeto fazem com que ele ainda seja estudado, apreciado, valorizado.

77 – E

O documento Proposta Curricular do Estado de São Paulo enfatiza: todos os conteúdos disciplinares, nas diversas áreas, são meios para a formação dos alunos como cidadãos e como pessoas. As disciplinas são imprescindíveis e fundamentais, mas o foco permanente da ação educacional deve situar-se no desenvolvimento das competências pessoais dos alunos.

78 – A

1. Os Quatro Pilares da Educação: **Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a conviver, Aprender a ser.**

2. A Pedagogia da Presença: fortalecimento dos atores na busca de uma educação integral.

3. A Educação Interdimensional: A Educação Interdimensional representa a busca da integração entre as diferentes dimensões constitutivas do ser humano nos processos formativos

4. O Protagonismo Juvenil: a educação integral tem como princípio que as ações planejadas no espaço escolar, tenham como objetivo a formação de um jovem, ciente de suas escolhas, autônomo e responsável.

79 – B

Todas as alternativas estão corretas, exceto a IV: Há a ressalva de que os jovens devam sempre atender a exigência de relevância para a formação escolar. Ou seja, a liberdade das suas ações não podem ferir os propósitos e as finalidades do programa. Para que um Clube Juvenil possa ser formado é preciso que os alunos interessados proponham uma forma de organização para o clube e metas a serem atingidas. Os Clubes Juvenis são mais do que espaços de criação ou de lazer, pois objetivam que os jovens, norteados por planos de ação e práticas próprias de gestão, exercitem o convívio e as práticas de organização.

80 – E

O professor deve considerar os estudantes como sujeitos das atividades desenvolvidas nas classes de alfabetização. Os alunos precisam compreender que a escrita tem um uso social e representa o registro dos seus pensamentos, ideias e opiniões. Nesse sentido, a apresentação da linguagem escrita para as crianças necessita ser planejada num contexto de comunicação com significados e sentidos

para as crianças.

81 – B

O excerto indica a necessidade de um planejamento das ações docentes que considerem a ação participativa dos alunos. O estabelecimento de conexões é fundamental para que os alunos compreendam os conteúdos matemáticos e contribui para o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas. Se, nas relações entre professor, aluno e o conhecimento matemático o professor é um mediador, organizador e consultor, cabe ao aluno o papel de **agente da construção do conhecimento**.

82 – C

Língua Portuguesa e Matemática são disciplinas pelas quais as questões da ética, da pluralidade cultural, do meio ambiente, da saúde, da orientação sexual e do trabalho e do consumo devam ser trabalhadas transversalmente na escola.

Faltaram na alternativa as questões do Trabalho e Consumo.

Correta.

Faltaram as questões da Pluralidade Cultural.

Indica a própria área (arte) como tema transversal.

Ampla e bastante para traduzir preocupações da sociedade brasileira de hoje, os Temas Transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana. Isso não significa que tenham sido criadas novas áreas ou disciplinas. Os objetivos e conteúdos dos Temas Transversais devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que recebeu o nome de transversalidade.

83 – D

• Dignidade da pessoa humana

Implica em respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas.

• Igualdade de direitos

Refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada.

• Participação

Como princípio democrático, traz a noção de cidadania ativa, isto é, da complementaridade entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público, compreendendo que não se trata de uma sociedade homogênea e sim marcada por diferenças de classe, étnicas, religiosas etc. É, nesse sentido, responsabilidade de todos a construção e a ampliação da democracia no Brasil.

• Co-responsabilidade pela vida social

Implica em partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva.

84 – B

Temas Transversais permeiam necessariamente toda a prática educativa que abarca relações entre os alunos, entre professores e alunos e entre diferentes membros da comunidade escolar. É possível e desejável que conhecimentos apreendidos em vários momentos sejam articulados em torno de um tema em questão de modo a explicitá-lo e dar-lhe relevância. Por exemplo: Para se entender o que é saúde e como preservá-la, é preciso ter alguns conhecimentos sobre o corpo humano, matéria da área de Ciências Naturais. É também preciso ter conhecimentos sobre Meio Ambiente, uma vez que a saúde das pessoas depende da qualidade do meio em que

vivem. Conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática também compõem: questões de saúde são temas de debates na imprensa, informações importantes são veiculadas em folhetos; a leitura e a compreensão de tabelas e dados estatísticos são essenciais na percepção da situação da saúde pública. Portanto, o tema Saúde tem como especificidade o fato de, além de conhecimentos inerentes a ele, nele convergirem conhecimentos de áreas distintas. Caberá aos professores mobilizar tais conteúdos em torno de temáticas escolhidas, de forma que as diversas áreas não representem continentes isolados, mas digam respeito aos diversos aspectos que compõem o exercício da cidadania. Na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos Temas Transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida. A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos. Os Temas Transversais, portanto, dão sentido social a procedimentos e conceitos próprios das áreas convencionais, superando assim o aprender apenas pela necessidade escolar de “passar de ano”.

85 – B

De fato os cursos presenciais que correspondem aos quatro anos finais do ensino fundamental devem ser organizados com duração mínima de 24 meses e carga horária de 1600 horas de efetivo trabalho escolar, exigindo-se do aluno idade mínima de **15 anos completos** para o início do curso. A certificação será realizada pelo próprio estabelecimento dos cursos da EJA, sendo ele a distância, público ou privado. Os alunos egressos dos cursos de educação de jovens e adultos poderão ser recebidos na rede regular de ensino, a critério da escola, mediante processo de classificação/reclassificação conforme dispõe a lei.

86 – D

I) O Parecer do CEE (Conselho Estadual da Educação) 67/98 no §1º do Artigo 29 indica a duração quadrienal do Plano de Gestão da Escola. Artigo 29 - O plano de gestão é o documento que traça o perfil da escola, conferindo-lhe identidade própria, na medida em que contempla as intenções comuns de todos os envolvidos, norteia o gerenciamento das ações intra-escolares e operacionaliza a proposta pedagógica.

§ 1º - O plano de gestão terá duração quadrienal e contemplará, no mínimo:

I - identificação e caracterização da unidade escolar, de sua clientela, de seus recursos físicos, materiais e humanos, bem como dos recursos disponíveis na comunidade local;

II - objetivos da escola;

III - definição das metas a serem atingidas e das ações a serem desencadeadas;

IV- planos dos cursos mantidos pela escola;

V- planos de trabalho dos diferentes núcleos que compõem a organização técnico-administrativa da escola;

VI - critérios para acompanhamento, controle e avaliação da execução do trabalho realizado pelos diferentes atores do processo educacional.

II- § 2º do Art. 30 - O plano de ensino, elaborado em consonância com o plano de curso constitui documento da escola e do professor, devendo ser mantido à disposição da direção e supervisão de ensino.

III- Artigo 15; **IV-** Art. 18; **V-** Artigo 21 – Os conselhos de classe e série serão constituídos por todos os professores da mesma classe ou série e contarão com a participação de alunos de cada classe, independentemente de sua idade.

87 – D

O trabalho com a linguagem oral na perspectiva adotada na organização curricular do ensino de língua portuguesa dos anos iniciais do Ensino Fundamental e, portanto, nas expectativas de aprendizagem, precisa ser compreendido não como um exercício indiscriminado de fala, com o qual comumente se almeja que o aluno “aprenda a sua vez de falar”, “respeite a vez do colega”, “fale em voz alta, clara e de maneira bem articulada”, mas como prática que supõe organizar discursos orais em diferentes situações de comunicação que requerem a organização desses discursos em gêneros típicos do oral. O reconto, na perspectiva de ensino colocada, é um recurso para ensino da linguagem escrita, e não oral: reconta-se, “tal como escrito no livro”, “como se estivesse lendo”, ou seja, o foco é a linguagem escrita (apropriação de léxico empregado no texto, conhecimento e apropriação de articuladores que estabelecem relações entre as partes do enunciado etc.). Reconta-se também para recuperar os episódios da história ouvida e para discutir a ordem em que se apresentam na história: ou seja, para tematizar aspectos da organização do discurso escrito; ler em voz alta não constitui um exercício de linguagem oral, mas um exercício de colocar som (voz) no texto grafado e organizado em linguagem escrita; não se trata, portanto, nem de produção, nem de escuta de discurso oral, posto que o texto lido foi produzido anteriormente por outrem – e não pelo leitor – e registrado graficamente para que pudesse ser lido a posteriori.

88 – B

A operação de **contextualização** consiste em recuperar o contexto de produção definido para o texto de modo que todos os aspectos que o caracterizem sejam tomados como orientadores da elaboração do texto, de modo a torná-lo coerente com a situação comunicativa. É esta coerência que criará condições para que o texto cumpra a sua finalidade. A **elaboração e tratamento do conteúdo temático** refere-se ao levantamento de informações, fatos, definição de posicionamento ou à criação de uma trama, dependendo de qual for o gênero no qual o texto se organizará. A operação de **planificação** compreende a organização de um plano de texto, ou seja, a definição de quais serão as suas partes, em que ordem virão no texto, de que maneira se articularão e quais relações serão estabelecidas entre elas. Os textos organizam-se de acordo com as características do gênero; dessa forma, essa deve ser uma referência fundamental na planificação. A **textualização** compreende a produção do texto, em si, tendo os seguintes parâmetros referenciais: a) as características da situação de produção; b) o planejamento do conteúdo temático; c) a planificação do texto. Trata-se de elaborar os enunciados e organizá-los linearmente considerando a progressão temática, a coesão entre as partes do enunciado e a coerência entre as partes e das partes com o tema geral. A **revisão** processual é constitutiva do processo de produção do texto: enquanto escrevemos, relemos a parte produzida e a ajustamos; analisamos a sua adequação em relação ao trecho anterior; revemos os recursos utilizados para estabelecer a conexão e, se necessário, os readequamos; substituímos palavras utilizados por outras que consideramos mais adequadas. Do ponto de vista da produção, a revisão processual é contínua e concomitante ao processo de produção, em si. Mas há a revisão final – ou posterior – que é realizada depois que uma primeira versão do texto é produzida. Nesse caso, a análise se dá em função do texto inteiro e analisa-se sua coerência e coesão, sua correção gramatical, sua adequação ao contexto de produção de maneira global, e não parcial. Além disso, a revisão ocorre em um momento diferente – posterior – do momento da produção, de modo que o produtor passa a ter um certo distanciamento do texto, ao qual retorna, e o qual relê, revisa e refaz.

89 – E

O espaço organizado de maneira flexível e desafiante é considerado por estudiosos como um segundo educador na educação das crianças no início da escolaridade. O que fazer então quando há um prédio escolar pronto, não adequado ao

funcionamento de uma proposta que amplie as competências infantis em vez de as limitar? Se a equipe tem uma proposta que realmente está bem construída em direção à autonomia e expressão da criança, fazer as adaptações necessárias não é tão difícil. Modificar a organização da sala para incluir, por exemplo, cantos de atividades diversificadas, não é tão difícil quando há boa vontade de todos os envolvidos. Descobrir outros usos para área externa, para refeitórios, enfim, se há uma proposta educativa coesa, bem fundamentada; é possível, mesmo com os prédios existentes, construir novos ambientes, sem, no entanto, excluir a necessidade de espaços adaptados para o trabalho com o 1o ano. Acrescenta-se, ainda, a acessibilidade aos materiais, de maneira que as crianças tenham autonomia no uso, além de cuidados de conservação e substituição regular.

90 – D

A lista de crianças da classe deve estar afixada em um local acessível e organizada de maneira bastante legível. Para isso, algumas considerações são importantes: cada nome deve constar em uma linha; todos os nomes devem estar alinhados à esquerda (pois isso facilita a comparação entre a quantidade de letras de cada nome); o tamanho da letra utilizada deve ser grande o suficiente para facilitar a consulta (a letra de forma maiúscula é a mais indicada); apenas os nomes escritos devem constar da lista (evite o uso de fotos, desenhos e outros indícios que tornariam desnecessário usar as letras como forma de discriminar cada um dos nomes).